

A festa do Anjo Custódio em Guimarães

por

FERNANDO JOSÉ TEIXEIRA

(Venerável Ordem Terceira de S. Francisco – Guimarães)

A FESTA DO ANJO CUSTÓDIO EM GUIMARÃES

Introdução

Os Vimaraneses celebraram em tempos idos, no terceiro domingo de Julho, a festa do *Anjo Custódio*. Essa festa foi ordenada pelo rei D. Manuel I por carta de 6 de Junho de 1504. Não a encontrei no Arquivo Municipal de Alfredo Pimenta – Guimarães, mas tudo leva a crer que o seu conteúdo seria idêntico ao das cartas enviadas às cidades do Porto e de Coimbra, que se conhecem.

Diz assim a carta enviada às autoridades e povo da Cidade Invicta:

«Juizes Vereadores ofiçiaes fidallguos cavaleiros escudeiros e povo da nossa çidade do porto. Nos El Rey vos enuiamos muyto saudar. fazemos vos saber que avendo Respeyto a como nosso senhor deus por saluaçam de nosas almas comservaçam e alongamento de nossas vydas quis hordenar Em cada Reyno çidade e llugar E asy cada huum de nos outros anjos que nos guardasem de todo mall e nos prouoçasem a bem fazer semtindo o asy por seruiço de deus, nos com os prellados de nossos Regnos ho ordenamos ora novamente que em todos nossos Regnos e Senhorios avendo conheçimento de tanto beneficio como sem nossos mereçimentos sobmente por sua bondade de tam santas guardas Reçemos (sic) que em cada huum anno em o terceiro domingo do mes de Julho sse faça ssolene memoria deste amgo noso guardador. Em o quoall dya aallem da muyta ssolenydade que em todalas Igrejas se faraa se ha de fazer devota e solene proçiçãõ e porque nos desejamos muyto e queriamos que esta preçiçam se fizesse con muyta honrra / e devoçam vos Roguamos e encomendamos muyto que a solenizees e façaes honrrar ho mais que onestamente e a serviço de deus se poder fazer mandando que todo o povo vaa aa dyta priçisam. E amtre as coussas que se nella ouuerem de fazer mandarees fazer huuma bandeira grande em que hyraa pintado ho amjo na maneira que estaa em cada huum dos ofiços que sam empremydos pera sse Rezar Em este dia e ao pee da pyntura seraa escripto em letras grandes e bem vystosas Estas palauras Xpos Reine em ciuitates nomeando aquy o nome da Çidade e esta Bandeira Iraa em proçiçam de tras de todallas cruzes e a levaraa o alferez da cidade e sse ho hy nom ouuer levalla ha o Jujz conpry asy Escripta em lixboa a bij dias de Junho duarte fernandez a fez de 1504 (a) Rey»¹.

Apesar de o Rei Venturoso nela associar os Prelados à sua decisão, a sua atitude, se revela, por um lado, a bem documentada religiosidade do monarca, constitui também uma clara intromissão do poder régio na esfera eclesiástica, usurpando um direito de que os bispos, e só eles, eram possuidores². Não se sentiu qualquer reacção

¹ COUTO, P. Luís de Sousa – *Origem das procissões da cidade do Pôrto*, Colecção Documentos e Memórias para a História da Pôrto, Publicações da Câmara Municipal do Pôrto, s/d., p. 125.

² GOUVEIA, António Camões – *Procissões*, in «*História Religiosa de Portugal*», direcção de Carlos Moreira AZEVEDO, II, p. 337.

da Igreja a este atropelo: os tempos não lhe eram propícios, pois os lugares mais proeminentes da hierarquia religiosa portuguesa estavam ocupados por membros da família real ou a ela fortemente ligados³.

Esta determinação de D. Manuel I ficou consagrada nas *Ordenações de D. Manuel*, donde transitou para o n.º 48 do título 66 do Livro I das *Ordenações Filipinas*, que se transcreve:

«Item mandamos aos Juizes e Véreadores, que em cada hum anno aos dous dias do mez de Julho ordenem huma Procissão solenne á honra da Visitação de nossa Senhora. E assi mesmo farão em cada hum anno no terceiro Domingo do mez de Julho outra Procissão solenne, por commemoração do Anjo da Guarda, que tem cuidado de nos guardar e defender, para que seja sempre em nossa guarda e defensão. As quaes Procissões se ordenarão e farão com aquella festa e solennidade, com que se faz a de Corpo de Deus: para as quaes, e para quesquer outras, que de antigo se costumaram fazer, ou para outras, que Nós mandarmos fazer, ou forem ordenadas pelos Prelados, ou Concelhos e Cameras, não serão constringidos vir a ellas nenhuns moradores do termo de alguma Cidade, ou Villa, salvo os que morarem ao redor huma legoa. E os ditos Véreadores não levarão dos bens do Concelho dinheiro, nem percalço algum, por fazerem as ditas Procissões, ou irem nellas. E não consentirão nellas representações de cousas profanas, nem mascaradas, não sendo ordenadas para provocar a devoção. E a pessoa, que nas ditas Procissões for per qualquer dos modos acima defesos, pagará da cadea mil reis, ametade para o Concelho, e a outra para quem accusar»⁴.

Para compreendermos as razões que levaram o Rei Venturoso a mandar celebrar esta festa, talvez valha a pena recuar no tempo muitos séculos e divagar um pouco sobre os Anjos e o seu culto.

Os Anjos

A existência de *anjos* é largamente referida na Bíblia, tanto no Antigo como no Novo Testamento: numa pesquisa na Internet, encontrei na *Bíblia Gateway* nada menos de 297 citações. São aí definidos como um corpo de seres espirituais criados por Deus, intermediários entre Deus e os homens⁵. Diz o Salmista (148, 2 e 5): «Louvai-O, todos os anjos; louvai-O, seus exércitos todos!... Louvem o nome de Iahweh; pois ele mandou e foram criados»; e lê-se na I Epístola aos Colossenses (16):

³ PAIVA, José Pedro – *A Igreja e o poder*, in *História Religiosa de Portugal*, direcção de Carlos Moreira AZEVEDO, II, p. 149.

⁴ «*Ordenações e Leis do Reino de Portugal*», 3 vol., Coimbra, 1850, vol. III, p. 288.

⁵ A primeira parte deste trabalho baseia-se em grande parte em «*História Religiosa de Portugal*», direcção de Carlos Moreira AZEVEDO, em elementos de «*The Catholic Encyclopedia*», colhidos na Internet, e em «*Santos de cada dia*», organização de José LEITE, S.J., 3 vol., 3.ª ed., Braga, 1993, no II vol., (pág. 325), e III vol. (pág. 110). As citações bíblicas foram extraídas de «*A Bíblia de Jerusalém*», 6.ª impressão, das Edições Paulinas, S. Paulo (Brasil), 1993.

«Ele é a Imagem do Deus invisível, o Primogénito de toda a criatura, porque nele foram criadas todas as coisas, nos céus e na terra, as visíveis e as invisíveis: Tronos, Soberanias, Principados, Autoridades, tudo foi criado por ele e para ele».

Os católicos proclamam no *Credo* a sua fé em Deus Pai Onnipotente, que criou o céu e a terra, todas as coisas visíveis e invisíveis («*factorem coeli et terra, visibilium et invisibilium*») – a palavra «*invisíveis*» refere-se aos anjos.

A palavra *Anjo* veio do aramaico «*Malah'hah*», donde passou ao hebraico «*Mal'akh*», que originalmente queria dizer *sombra de Deus*, passando mais tarde a significar *mensageiro de Deus*. Todavia, para outros (Hugh POPE), a palavra hebraica significava «o que vai ou foi enviado», correspondente a «*angelus*», em latim, e «*ἄγγελος*» (*aggelos*), em grego.

Santo Agostinho e S. Gregório esclarecem que *anjo* é designação de uma das suas funções – «*angelus est nomen officii*» – não exprimindo nem a sua natureza nem a sua atribuição essencial: a de *assistentes* junto do trono de Deus, naquela corte celestial que é descrita no sonho do profeta Daniel (Daniel, 7). Essa função de *assistência* encontra-se também referida no Apocalipse:

«Vi então os sete Anjos que estão diante de Deus: deram-lhe sete trombetas. Outro Anjo, veio postar-se junto ao altar, com um turíbulo de ouro. Deram-lhe uma grande quantidade de incenso para que o oferecesse com as orações de todos os santos, sobre o altar de ouro que está diante do trono. E, da mão do Anjo, a fumaça do incenso com as orações dos santos subiu diante de Deus. O anjo tomou depois o turíbulo, encheu-o com o fogo do altar e atirou-o à terra; seguiram-se trovões, clamores, relâmpagos e um terramoto» (8, 2-5).

Mas os *anjos* aparecem no Antigo Testamento como *mensageiros* de Deus junto da Humanidade: instrumentos através dos quais Ele transmite aos homens a Sua vontade ou manifesta a Sua ira. No Génesis, é um *anjo* (um querubim) que, após a expulsão de Adão e Eva do paraíso, guarda o caminho para a árvore da vida (3,24); que vai ao encontro de Agar no deserto (16-7); eram *anjos* os que, na visão de Jacob, subiam e desciam a escada que ligava o céu à terra, levando as ordens divinas e trazendo os seus resultados (28-12); e eram *anjos* os que retiraram Lot dos perigos de Sodoma (19, 1 e segs.).

No Novo Testamento a doutrina é mais precisa, aí aparecendo referências à existência de *anjos* a quem cabia o encargo de velar por pessoas, individualmente consideradas, os *anjos da guarda*. Lêem-se no Evangelho de S. Mateus, estas palavras de Cristo: «Não desprezeis a nenhum desses pequeninos; porque eu vos digo que os seus anjos nos céus vêem continuamente a face de meu Pai, que está nos céus», (18-10), palavras que, pela sua clareza, mereceram de Santo AGOSTINHO este comentário: «O que está oculto no Antigo Testamento, revela-se no Novo». S. Jerónimo, por seu turno, comentou deste modo o mesmo trecho: «A dignidade de uma alma é tão grande que cada uma tem um anjo da guarda desde o seu nascimento»⁶.

⁶ AGOSTINHO, Santo – *Comm. in Matt.*, XVIII, lib. II, citado por Hugh POPE in «*The Catholic Encyclopedia*», vol. VII, (<http://www.newadvent.org/cathen/07049c.htm>).

Mas os *anjos da guarda* não são apenas nossos *protectores*, são também nossos *intercessores*, como se depreende do Livro de Tobias, designadamente no trecho onde o anjo Rafael declara «Quando tu e Sara fazíeis oração, era eu quem apresentava vossas súplicas diante da Glória do Senhor e as lia» (12, 12).

A existência dos *anjos* é um ponto de fé para a Igreja Católica, estabelecido no IV Concílio de Latrão: «Creator ab initio temporis de nihilo condidit creaturam spiritualem et corporalem, angelicam et mundanam»⁷, mas não o é a existência de *anjos da guarda*. Pode, contudo, dizer-se que ela está no espírito da Igreja, tão grande foi o apoio recebido da generalidade da Patrística. Se a crença em *anjos da guarda* é perceptível nas mais diversas civilizações da antiguidade oriental e clássica, é na Bíblia onde essa crença mais se evidencia. Aí, os *anjos* actuam como executores da ira de Deus (ex.º. contra as cidades de Sodoma e Gomorra), intervêm como *anjos da guarda* em relação a Lot e sua família (Génesis, 19) e quando, no Êxodo, Deus diz a Moisés: «Eis que o meu anjo irá adiante de ti» (32:34). Muito depois, temos as palavras do Salmo 91 (90), 10-11: «A desgraça jamais te atingirá e praga alguma chegará a tua tenda, pois em teu favor ele ordenou aos seus anjos que te guardem em todos os teus caminhos». Textos idênticos poderíamos aqui citar em abundância.

Finalmente, e porque é relevante para a índole deste trabalho, há trechos da Bíblia onde alguns exegetas vêem referências à existência de *anjos custódios*, *anjos* encarregados de velar, não por indivíduos isoladamente, mas por populações inteiras, cidades, regiões, nações. Uma dessas referências encontra-se na grande visão relatada no Livro de Daniel, em que aparecem dez príncipes angélicos, um dos quais encarregado de velar pela Pérsia (caps. 10 e 11).

O culto dos Anjos

As inúmeras referências vetero-testamentárias aos *anjos* e o impacto das palavras de Cristo na frase citada do Evangelho de S. Mateus, induziram os cristãos, desde tempos remotos, a prestar-lhes culto. Todavia, dele não há sinais evidentes na época pre-constantiniana: desse tempo subsiste, de resto, um número escasso de textos literários relevantes, e as representações artísticas são, salvo raras excepções, pouco significativas.

Este quase silêncio compreende-se se atendermos ao facto de os cristãos viverem num meio politeísta, onde pululavam divindades de diversa hierarquia, tornando-se indispensável para os seguidores de Cristo dar a maior ênfase ao carácter monoteísta da sua religião: o culto dos *anjos*, nos primeiros séculos do Cristianismo, poderia ser

⁷ AQUILA, Prospero ab – *Diccionario Theologico*, trad. por Fr. José do Espírito Santo Monte, 3 tomos, Lisboa, 1795, in t. I (Anjos), pp. 41-46.

equiparado, por mentes menos esclarecidas, ao culto que os pagãos prestavam a uma multidão de divindades secundárias oriundas de todos os cantos do Império⁸.

No entanto, há quem sustente que o culto dos *anjos* teria precedido o dos santos: só os santos mártires, além dos *anjos*, teriam sido objecto de culto nos primeiros tempos da Igreja.

A Patrística, designadamente S. Justino Mártir⁹, Athenagoras¹⁰, Eusébio de Cesareia, S. Basílio, S. Jerónimo, Santo Agostinho e S. Tomás de Aquino¹¹, entre muitos outros, abordou exaustivamente a natureza dos *anjos*, e Santo Ambrósio foi mais longe, recomendando mesmo que se lhes endereçassem orações. Não causa surpresa, portanto, que a partir do século V comesçassem a ser erguidas igrejas em sua honra.

Nos fins da Idade Média, sobretudo nos meios monásticos, começou a firmar-se o culto do *Anjo da Guarda* com orações próprias¹².

A sua festa, como aconteceu com muitas outras, teve de início âmbito local antes de ser colocada no Calendário Romano. Não a encontramos no *Breviarium Pianum*, publicado em 1568, mas entre as petições mais antigas vindas de igrejas locais para aditamento de festividades a esse breviário, uma há, vinda de Córdova, datada de 1579, para que fosse permitida a festa em honra dos *Anjos da Guarda*. BÄUMER, que fez tal declaração com base em documentos originais publicados pelo Dr. SCHMID, no *Tübinger Quartalschrift*, em 1884, acrescenta, apoiado na mesma fonte, que «Toledo enviou a Roma um rico proprium e recebeu a desejada autorização para todos os ofícios nele contidos; Valência também obteve a aprovação em Fevereiro de 1582, para os ofícios nele contidos honrando o Sangue de Cristo e os Anjos da Guarda»¹³. Assim, admite-se que terá sido em Valência que teve origem a festa litúrgica do *Anjo da Guarda*, havendo mesmo quem sustente que esta cidade espanhola tinha em 1411 um ofício próprio do *Anjo da Guarda da cidade*¹⁴.

A festa do *Anjo da Guarda* permaneceu de âmbito local durante algum tempo até ser confirmada no período postridentino, confirmação que se reflectiu entre nós através da fundação de igrejas, capelas, irmandades e confrarias em sua honra. No concelho de Guimarães regista-se a construção em Gonça da *capela do Anjo da*

⁸ HASSET, Maurice M. – *Early Christian Representations of Angels*, transcribed by Jim Holden, in «*The Catholic Encyclopedia*», vol. I: (<http://www.newadvent.org/cathen/01485a.htm>).

⁹ PAUTIGNY – *Justin, Apologies*, Paris, 1904.

¹⁰ ATHENAGORAS – *A Plea for the Christians*, cap. XXIV (<http://www.newadvent.org/fathers/0205.htm>).

¹¹ AQUINO, S. Tomás de – *Summa Theologicae, pars prima*, (<http://www.newadvent.org/summa/>).

¹² O culto dos Anjos foi sempre encarado com prudência. Na Idade-Média estavam disseminados por toda a Cristandade livros apócrifos que continham o nome de diversos anjos que não constam dos livros canónicos. Havia, portanto, o receio que o culto dos anjos abrangesse anjos caídos, sequazes de Satanaz.

¹³ BÄUMER – *Histoire du Breviaire*, II, 233 ; citado por T. P. GILMARTIN in – *The Catholic Encyclopedia*, vol. VII, (<http://www.newadvent.org/cathen/07050a.htm>).

¹⁴ LEITE, José – *ob. cit.*, II, p. 325, e III, p. 110.

Guarda, referida numa nota do tabelião Bento da Cruz Lobato, datada de 19 de Março de 1652, existente no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta¹⁵.

Em Portugal, e desde 1513, essa festa começou por ser celebrada no primeiro de Março; em 1518, Leão X aprovou um novo ofício a rezar nessa data. Mais tarde, em 1590, Sisto V concedeu a Portugal um ofício próprio, e em 1608, Paulo V instituiu a festa solene dos *Anjos da Guarda*, fixando-a agora em 2 de Outubro, que permanece nos nossos dias.

O culto do Anjo Custódio

Se, como se disse, a cidade de Valência possuía desde 1411 um ofício próprio em honra do *Anjo da Guarda dessa cidade*, do seu *Anjo Custódio*, outros seguiram o seu exemplo, dando origem ao culto do *Anjo Custódio que protege a totalidade de uma nação*.

No que toca a Portugal, afirma Mons. J. Augusto FERREIRA¹⁶ que a folhas 596 do *Breviário Bracarense de 1494* encontra-se esta rubrica:

«*Angeli Custodi Pientissimus Portugaliae rex Emmanuel instituit celebrandum tertia dominica mensis julii addita processione solemni, non adsimili illi que in festo Corporis Christi fieri consuevit: quod ad precis dicti Regis Leo Papa decimus confirmavit*».

Sabido, como se lê numa nota do mesmo autor, que a primeira impressão deste *Breviário* foi feita em Braga e concluída na tipografia de João Gherlinc em 12 de Dezembro de 1494, esta rubrica não poderia constar da primeira edição pela simples e suficiente razão de que nessa data ainda D. Manuel I não era rei de Portugal. Essa referência à festa do Anjo Custódio pertence, pois, a uma edição posterior a 1518, pois já refere a aprovação do novo ofício concedida nesse ano pelo Papa Leão X, como se disse atrás.

O Arcanjo S. Miguel era o *Anjo Custódio de Portugal* e, simultaneamente, o *Anjo Custódio da Igreja Universal*¹⁷, mas a iconografia nunca confundiu estas funções. João Francisco MARQUES, que dedicou um pequeno mas substancial capítulo ao culto do *Anjo Custódio de Portugal*¹⁸, referiu várias peças de arte em que o nosso Anjo se apresenta com as armas reais portuguesas e reproduziu uma belíssima iluminura da mesma temática pertencente ao *Livro de Horas de D. Manuel*.

¹⁵ AMAP – *Livros de notas* (N-297), fl. 2. Este livro encontra-se em muito mau estado, roído pelos ratos, o que dificulta a sua leitura.

¹⁶ FERREIRA, Mons. J. Augusto – *Estudos historico-litúrgicos: os ritos particulares das igrejas de Braga e Toledo*, Coimbra Editora (Antiga Libreria França & Arménio), Coimbra, 1924, p. 162.

¹⁷ RUAS, Henrique Barrilaro – *Protectores celestes no noroeste peninsular*, in *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e da sua Colegiada*, Guimarães, 1982, vol. V, pág. 161.

¹⁸ in «*História Religiosa de Portugal*», II, p. 621-625.

Se olharmos para o passado, encontraremos ainda no século XIV uma alusão ao Anjo de Portugal no *sino do relógio* da Sé de Lisboa mandado fundir pelo rei D. Fernando dois anos depois de concluídas as muralhas de 1375. Ostentava uma legenda em honra do *Anjo Custódio* que dizia:

«*Angele qvi mevs es cvstos pietate svperna + me tibi commissvm sana defende gvverna mentem sanctam spontaneam honorem + Deo et Patrie liberationem*»¹⁹.

Sabe-se que Guimarães sempre foi muito devoto de S. Miguel. O Padre Avelino de Jesus da COSTA depois de referir que a partir do século VI generalizou-se o costume de dar um patrono celeste a todas as igrejas, que passaram a ter por titulares um ou mais santos²⁰, fez o inventário dos oragos das freguesias que constavam dos Censuais de Braga e constatou que, depois de S. Mamede e de S. Martinho de Tours, o mais difundido era o de S. Miguel, com 55 freguesias. Quanto às igrejas e capelas vimaranenses sob o patrocínio de S. Miguel, verificou que o santo anjo era titular das freguesias de Cerzedo, de S. Miguel do Paraíso (anteriormente chamada S. Miguel do Inferno, e em tempos mais recuados, S. Miguel de Negrelos), de S. Miguel das Caldas de Vizela, de Gonça, da antiga freguesia de S. Miguel do Castelo e de Creixomil. Era, além disso, titular secundário da igreja de S. Torcato²¹ e do mosteiro de S. Antonino²² e tinha capela no monte de S. Miguel o Anjo, em S. Vicente de Oleiros²³.

Sinal relevante de que S. Miguel era muito venerado em Guimarães é o facto de, segundo CRAESBEECK, que escrevia em 1726, o *Anjo Custódio* figurar nas armas desta vila:

«*As antigvas armas desta villa erão a imagem do glorioso S. Miguel, quando estavão devididas a villa do burgo, mas depois que el Rej D. Fernando mandou unir o burgo à villa, como tiveçe a villa nova por armas a Nossa Senhora da Oliveira com hum ramo de oliveira na mão, como se dis na Benedictina Lusitana; asim andarão sempre unidas em a bandeira da Camara, aonde de huma banda estava S.Miguel e da outra Nossa Senhora da Oliveira. Contudo, pello tempo adiante se conçervou somente o brasão antiguo, na bandeira da Camara emcarnada com a imagem de S. Miguel*»²⁴.

Mas é tempo de falar da festa que, por força do mandado do rei D. Manuel I, se realizava em Guimarães.

¹⁹ PEREIRA, F. Alves – *O sino velho de Santa Maria de Sintra*, in *O Archeologo Português*, vol. XXX (1938), p. 10.

²⁰ COSTA, P. Avelino de Jesus da – *O bispo D. Pedro e a organização da Arquidiocese de Braga*, 2 vol., 2.ª edição refundida e ampliada, edição da Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, Braga, 1997-2000, p. 468.

²¹ Idem, vol. II, p. 516.

²² Idem, vol. II, pp. 372-373, 375 e 379.

²³ Idem, vol. II, p. 35.

²⁴ CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra – *Memórias ressuscitadas da Província de Entre Douro e Minho no ano de 1726*, Edições Carvalhos de Basto, Lda., Ponte de Lima, 1992, I vol., p. 99.

A festa do Anjo Custódio em Guimarães

Por insuficiência de documentação, não sabemos com exactidão e em detalhe a forma como Guimarães celebrava esta festa, mas os documentos que sobreviveram até ao nosso tempo permitem deduzir que não diferiria muito da que era seguida noutras localidades, de algumas das quais temos conhecimento²⁵. As autoridades vimaranenses certamente acataram as regras impostas na carta de D. Manuel e consagradas nas *Ordenações* do Reino, pois os dados dispersos de que dispomos conduzem-nos a essa conclusão²⁶.

A festa do Anjo Custódio começava cedo, pois ela afectava – tal como a procissão do Corpo de Deus, que lhe servia de modelo – uma parte substancial da população vimaranense. Havia, por exemplo, os actores, que faziam com larga antecedência o ensaio das comédias a seu cargo: do Livro das Receitas e Despesas do município referente ao ano de 1628 consta o pagamento de 2\$500 reis gastos com a *comédia que se fez na praça em dia do Anjo*. Como bem salienta Ernesto Veiga de OLIVEIRA, citando Gama BARROS²⁷, *não existindo teatros e na falta de quaisquer espectáculos públicos, o culto da religião ministrava ao povo ensejo para folgar, como acontece ainda em muitas terras*. Por esse motivo, nas festas da câmara levavam-se à cena comédias que eram representadas ao ar livre nos rossios e terreiros, onde quer que houvesse espaço bastante para receber os actores e os espectadores.

Na véspera da festa, como na das outras procissões da responsabilidade da câmara, procedia-se à limpeza das ruas e praças da vila por onde o préstito havia de passar, cobrindo-as de plantas aromáticas que disfarçassem os maus cheiros.

Essa limpeza tinha em Guimarães um ritual peculiar. Refere CRAESBEECK a tradição de

*os moradores das duas freguesias de Ruilhe e Cunha (que algum dia forão do termo da villa de Barcellos) virem por turno três dos seus moradores varrer a Prassa desta villa e açougues nas vespuras das festas seguintes: da Pascoa, Espirito Santo, Corpo de Deos, S. João Baptista, da visitação de S. Isabel, de S. Gualtar, de Nossa Senhora da Assumpção, de S. Miguel o Anjo, e do dia de Natal...*²⁸.

N

²⁵ ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*, nova edição preparada e dirigida por Damião Peres, 4 vol., Livraria Civilização Editora, Barcelos, 1968, vol. II, pp. 553 e segs (nota).

²⁶ Alberto Vieira BRAGA em *Administração seiscentista do Município Vimaranesense*, Edição da Câmara Municipal de Guimarães, 1992, passou a pente fino a Administração do Município Vimaranesense no século XVII, exumando uma série de dados de interesse para a história da festa do Anjo Custódio em Guimarães. Não puderam discriminar exaustivamente as despesas realizadas com as festas a cargo da câmara, porque muitas delas aparecem reunidas sob a designação de *festas do ano*, ou *festas da câmara*, mas, apesar disso, dão-nos uma ideia razoável daquela que aqui estudamos. Da sua obra nos socorremos em tudo o que respeita aos gastos da câmara para esse efeito no século XVII.

²⁷ OLIVEIRA, Ernesto Veiga de – «Festividades cíclicas em Portugal», Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1984, p. 277.

²⁸ CRAESBEECK – *ob. cit.*, p. 98.

Tratava-se de uma imposição vexatória cuja origem os documentos arquivados não explicam cabalmente e que só foi extinta a 25 de Fevereiro de 1742, por provisão do rei D. João V. Na vereação de 16 de Abril de 1608 – note-se que a tradição já vinha de trás – foram presentes duas dúzias de pessoas de ambos os sexos da freguesia de Cunha e assinaram uma declaração em como sabiam que os moradores da dita freguesia eram obrigados a vir todos, por seu giro, varrer a praça e açougues da vila nas festas do ano, obrigação que recaía também sobre todos os moradores da freguesia de Ruilhe, e que antigamente pertencia aos moradores de Barcelos. As ditas freguesias foram então desmembradas do seu termo para o de Guimarães, para que os seus moradores viessem cumprir tão detestada obrigação. Concluindo: a câmara condenou dois homens da freguesia de Cunha, que não tinham vindo varrer em véspera de Páscoa, em 500 reis cada um. Apelaram os condenados para as justiças, obrigando a câmara a empenhar-se na defesa da sua posse²⁹.

Por outro lado, consta de uma deliberação de 22 de Março de 1605 a determinação segundo a qual «os homens que tem obrigação de varrer a praça pelas festas as barram depois das 6 horas da manhã com pena de 2\$000 rs. para accusador e cativos»³⁰. Para cumprirem a sua obrigação, esses varredores eram obrigados a usar um traje ridículo: lê-se no *Tombo de 1735*, lavrado a 15 de Outubro desse ano, que o Senado tinha à sua guarda

*tres barretes de rabo comprido feitos amourisca e tres faixas tudo de baeta vermelha com que os moradores das duas freguezias de São Miguel de cunha e de São Payo de Ruylha cada hum no seu giro se preparaõ e compoem goando vem barrer a praça e terreiro de Nossa Senhora da oliveira e asougues desta villa nas festas da Camera cuja barredura fazem nos proprios dias das mesmas festas pella manham com hum pé descalço e o outro calçado e a espada metida na faixa que cada hum ata pella sua sinta metida azabeças pella parte esquerda e o barrete metido na cabessa com o rabo estendido pellas costas abaixo, e nesta forma hé que barrem*³¹.

Na Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, início e termo da procissão do Anjo, ultimavam-se os preparativos. No *Regulamento da Sacristia*, que devia servir de lembrança para os trabalhos a cargo do sacristão, lê-se a dado passo:

*na 3.ª Dominga d'este mez de Julho se celebra a festa do Anjo. No sabbado d'antes, repique ao meio dia e á noite, ás 2 horas, sino e sinos solemne, o Anjo posto no Altar maior com um punhal na mão, frontal branco e tela verde, docel posto, capas de fora, vespers cantadas, panno no púlpito*³².

²⁹ AMAP – *Fundo Municipal – Vereações da Câmara*, Livro n.º 3 (M-1799), fl. 103.

³⁰ FARIA, João Lopes de – *Vereações e outros da Câmara*, I, fl. 42.

³¹ AMAP – *Fundo Municipal – Cota Antiga B-23-2-6*, fls. 27v-28. Os moradores nas freguesias de Cunha e Ruilhe tentaram por todos os meios furtar-se a esta tradição. Em 1608, puseram o caso na justiça, tendo a câmara decidido em 7 de Maio contestar a acção à custa das rendas do concelho (AMAP – *Fundo Municipal – Actas da Câmara – Vereações*, Livro n.º 3, (M-1799), fl. 103).

³² ALMEIDA, Eduardo d' – *Os Cónegos da Oliveira*, in *Revista de Guimarães*, vol. XXXVI, p. 30. Segui-mos de perto este ensaio nos aspectos que se relacionam com a participação da Colegiada nesta procissão.

No dia da festa, a procissão desenrolava-se com toda a pompa e não diferiria muito da que se realizou em Braga em 1567 e que se encontra descrita em pormenor no respectivo Livro de Acordos e Vereações³³. A Colegiada tinha na festa um papel importante. Reza o *Regulamento da Sacristia* atrás citado:

*ao dia ás 5 horas, sino e sinos solemnes, tudo resado, antes da terça repique para a procissão da Camara, capas e sceptros de fora*³⁴, *palio rico concertado, missa solemne. Para as 2.^{as} vésperas campainha e sinos solemnes*³⁵.

Os Dignidades, Cónegos, Prebendados e demais pessoas afectas ao culto divino na Colegiada integravam a procissão nos termos dos Estatutos, em rigorosa obediência ao que dispunham em matéria de precedências. Ia adiante o porteiro da massa, logo atrás um acólito com turíbulo e naveta, e a seguir a cruz entre dois acólitos com castiçais e círios acesos, clerisia e coreiros. O lugar de cada um no préstito correspondia ao que ocupava no coro: primeiro, o Chantre; depois e sucessivamente, o Tesoureiro-mor, seguindo-se os Dignidades por seus estados e os Cónegos conforme as suas precedências. Ao centro, o Sub-Chantre, dirigia a procissão providenciando para que as alas fossem de igual tamanho. Os Padres-Coreiros, que em serviço, usavam uma murça sem capelo por cima da sobrepeliz, tomavam alguns deles, na pro-cissão, capas e ceptros, precedidos pelo Prioste, que, como coreiro, levava também a sua murça. Havia também os Capinhos que, sob a orientação do Mestre-de-cerimónias, serviam de Ceroferários, Turiferários e Candelários³⁶. Nenhum Beneficiado podia faltar à procissão «*sob pena de risco*»³⁷. Encerrava o desfile o pálio, pegando às varas os vereadores que serviram nos dois últimos anos (em substituição de indivíduos de ainda maior representação social que haviam sido anteriormente convocados e não compareceram, com grande escândalo da população)³⁸. Sob o pálio, um meio-cónego capelão (ou Cónego de meia-prebenda) conduzia a imagem de prata do *Anjo Custódio*. A questão das precedências era tão melindrosa que levou o Arcebispo de Braga, D. Rodrigo de Moura Teles, na visitação à Colegiada realizada em 26 de Setembro de 1719, a verberar:

«*Nas procissões, que nesta V.^a se fazem, que saem da Collegiada, como a de Corpus Christi, Dominica infra octavam, procissão do Anjo, e Ladainhas se intrrometem secula-*

N

³³ Esta festa realizava-se em Braga todos os anos, como se vê na acta da vereação de 5 de Julho de 1581 nos *Livros dos Acordos e Vereações da cidade de Braga*, in *Bracara Augusta*, vol. XXIV, 1970, p. 382. A descrição da festa de 1561 foi transcrita em *Acordos e Vereações da Câmara de Braga*, na mesma revista, vol. XXVII, 1973, p. 615.

³⁴ «*Nas festas solenes e procissões [os coreiros da Colegiada] tomavam capas e scetros, dentro da igreja, indo fora, 6 com as capas e scetros, e os outros 6 com o hábito ordinário*» (Eduardo d'ALMEIDA – *ob. cit.*, vol. XXXV, p. 208).

³⁵ ALMEIDA, Eduardo d' – *ob. cit.*, vol. XXXVI, p. 30.

³⁶ Idem – *ob. cit.*, vol. XXXV, p. 215. Na procissão do Anjo, quem conduzisse a cruz e o turíbulo tinha de ter ordens sacras.

³⁷ Idem – *ob. cit.*, vol. XXXV, p. 110.

³⁸ FARIA, João Lopes de – Vereações e outros da Câmara, I, fl. 223.

res e inda ecclesiasticos alheios à comunidade dos R^{dos}. Conegos, e mais pessoas do Choro, fazendo lados nas taes procissões entre a prim.^a cruz da Comunidade, e o paleo; o que prohibimos sob pena de excomunhão»³⁹.

Incorporavam-se obviamente nesta procissão, sempre de acordo com as regras de precedência, os religiosos das Ordens estabelecidas em Guimarães⁴⁰.

A mais antiga descrição desta procissão em Guimarães encontra-se num livro assim prolixamente intitulado:

«*Notícias tiradas do «Cartorio» ou «Liuro de lembranças» de muitas cousas notaueis, que há na muito deuota Igreja Collegiada de nossa sra da Oliueira da Villa de Guimaraes do Arcebispado de Bragua, feito no anno de mil e seiscentos e vinte, pello L.^{do} Pedro de Mesquita, conigo por merce de Deos, e da sempre Virgem Maria; e seu seruo innutil há uinte esinco annos, na mesma Igreja*».

Nele se lê, a fls. 205v e 206:

«*Dia do Anio custodio do Reino q. he o terceiro domingo de iulho, solene, rezase o seu officio proprio, tirando os hinos e a missa q. se diz como em setembro(?), as matinas e mais horas e vespersas resadas, preguação, da Villa na igreja, procissão ao Anio, da comemoração delle, e tornaraõ polla rua do guado a rua escura, entrando na igreja. Beata est, ett.. o juiz de fora leva o Pendaõ, e trala o Vreador mais uelho*»⁴¹.

No fim do século XVII, o Padre Torquato Peixoto de AZEVEDO falava assim desta procissão:

«*ainda [hoje] em uma procissão, que a Camara costuma fazer todos os annos na 3.^a Dominga de Julho ao Anjo Custodio, que sahe da real collegiada, acompanhada da Collegiada, Camara, e Ministros, e Povo, e entram na vila Araduca*⁴², *e na sua igreja de S. Miguel do Castello reza o Cabido certas orações, e quando sahe da collegiada leva o juiz de fóra um pendão de côr vermelha, e nelle um painel com a imagem do Santo Anjo, e chegando ao districto da villa Araduca, para mostrar que ali senão estende a sua jurisdição, o entrega ao vereador mais velho [por não poder entrar em jurisdição alhea com vara alçada]*»⁴³.

N

³⁹ Vd. Boletim de Trabalhos Históricos, vol. X, p. 134.

⁴⁰ OLIVEIRA, Manuel Alves de – *A insigne e Real Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira no seu cerimonial e nas suas festividades*, Guimarães, 1979, p. 16.

⁴¹ AMAP – *Fundo da Colegiada – Livro de lembranças*, Cota antiga C-803.

⁴² Nome usado por Torquato de AZEVEDO para designar a antiga Vila do Castelo, extinta no reinado de D. João I, que descia do Castelo até perto da rua de Santa Maria.

⁴³ AZEVEDO, Padre Torquato Peixoto de – *Memórias ressuscitadas da antiga Guimarães*, Porto, 1845, p. 163. As expressões entre parêntesis não aparecem na versão impressa mas constam do manuscrito existente na Biblioteca Pública Municipal do Porto, n.º 683 (Vd. comunicação de Maria Fernanda Constante de BRITO, em Anais do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada, vol. III, p. 467).

Algumas dezenas de anos depois, em 1729, CRAESBEECK referia-se assim a essa festa:

«a qual [bandeira vermelha da Câmara com a imagem de S. Miguel], em porçissão acompanha o Senado desta villa e Menistros, no dia do Anjo Custódio, saindo da Collegiada com seo Cabido (que he o terceiro Domingo de Junho)⁴⁴ e mais clérigos de serventia delle; e indo os Vereadores com as suas varas, leva o Juiz de Fora o dito pendão thé o destricto, en que se entra na villa velha, e ahi o entrega ao Vereador mais velho que com elle entre no destricto da dita vila para dentro, thé a igreja de S. Miguel, onde o Cabido resa certas orações: cujo estilo se observa thé o presente...»⁴⁵.

O pendão referido é o que D. Manuel I mandou confeccionar para esta festa («bandeira grande em que hyraa pintado ho anjo na maneira que estaa em cada huum dos ofícios que sam empremydos pera sse Rezar Em este dia a ao pee da pyntura seraa escripto em letras grandes a bem vystosas Estas palauras Xpos Reine em ciuitates nomeando aquy o nome da Cidade», como se lê na carta régia que criou a festa). No Tombo de 1735, a que já atrás se fez referência, descreve-se esse pendão nos termos seguintes:

tem mais hum estandarte de damasco caremezim com franja de ouro e duas borllas, e no meyo delle a fegura do Anjo Costodeo que serve de hir na proçissão que se faz no Domingo do Anjo, que vay da Insigne e Real Collegiada desta villa, â primeira Igreja que ouue nella e chamada a Igreja de Saõ Miguel do Castello cujo estandarte da dita Collegiada the a dita Igreja de Saõ Miguel do Castello o leva o Doutor Juiz defora desta dita villa, e da Igreja de Saõ Miguel do Castello até se tornar a recolher a dita Collegiada traz o dito estandarte o vereador mais velho desta dita villa⁴⁶.

Em Coimbra, também figurava na procissão uma bandeira grande com a pintura do Anjo e o letreiro: CUSTOS REGNY ET CYUYTATIS CULIMBRIEMSES⁴⁷.

Além do pendão vermelho de S. Miguel, seguia na procissão, debaixo do pátio, a imagem de prata do anjo. Tratava-se de hum Anjo de prata dourado que elle [D. João I] ganhara na dita Batalha [real], o qual fora da Capella delRey de Castella⁴⁸ e depois oferecera a Santa Maria de Guimarães. Esse anjo precioso encontra-se detalhadamente descrito no inventário do Tesouro da Colegiada elaborado em 1585:

⁴⁴ Lapso do corregedor: é Julho e não Junho.

⁴⁵ Em Braga, onde se realizava também esta procissão, havia nos paços do concelho uma tabela cronológica dos dias em que o Senado devia comparecer em corporação. Entre eles estava a véspera e o dia do Anjo Custódio (FREITAS, B. J. Sena de – *Memórias de Braga*, t. II, pp. 303 e segs., citado por Fortunato de ALMEIDA – ob. cit., II, p. 554). Idêntica lista existiria na Câmara de Guimarães.

⁴⁶ AMAP – Fundo Municipal – Cota antiga – B-23-2-6, fl. 24v.

⁴⁷ CAMPOS, Anjos de – *Índices e Sumários dos Livros e Documentos da Câmara de Coimbra*, pág. 96, citado em nota por Fortunato de ALMEIDA – ob. cit., II, p. 553.

⁴⁸ MARTINS, Padre Mário – *Livro dos Milagres de Nossa Senhora da Oliveira, de Afonso Peres*, in *Revista de Guimarães*, vol. LXIII, p. 92.

«It. hũu ãjo de prata chamado custodio dourado que estaa ã gíolhos com seu castical nas mãos todo dourado... e estaa sobre o seu pilar e tem de redor huũ letreiro que diz: este anjo mandou fazer ElRej dom anrique». Estas letras saõ ã castelhano. o qual anjo cõ a dita pala Rica retro proxima forom tomados na batalha Real que foj dada ã Sao Jorge junto do mosteiro da batalha. As quaes pecas ElRej Dom Joaõ da boa memoria mandou trazer a esta Igreja de nosa S^{ra} daoljuejra quando a mandou fazer e pesa o dito anjo vimte e huũ marcos e meo cõ huũ paao q tem dentro no braco e he necesareo coregerse por ser peca de q se faz memoria por ser tomada _ batalha Real»⁴⁹.

Em 15 de Dezembro de 1785, o cabido deliberou que se mande fazer uma imagem de prata do Anjo Custódio dando-se para isso a velha que era no tesouro por ser muito pesada e disforme⁵⁰. Assim desapareceu uma peça de alto valor artístico e histórico!...

Embora a procissão tivesse mudado de percurso com o andar do tempo⁵¹, partia da Colegiada e subia até à Igreja de S. Miguel do Castelo onde se procedia à reza de certas orações e sermão: nas contas de 1628 consta uma verba de 5\$000 para os sermões das festas da vila, encomendados ao Prior da Ordem de S. Domingos⁵². Temos além disso uma notícia exarada no Livro de Vereações respectivo que, por deliberação tomada em 15 de Julho de 1606, foi decidido que «a procissão do Anjo vá pela rua de Santa Maria(?), ainda este ano, e a vinda pela rua do Gado [actual rua das Trinas], como veio no ano passado»⁵³. Se em 1605 a procissão não subiu pela rua de Santa Maria, em 1692 era esse o caminho habitual, como se depreende do texto do Padre Torquato de AZEVEDO acima transcrito, redigido nessa altura.

Da deliberação comentada pode concluir-se também que a passagem do préstio pela rua do Gado se fazia nessa época sem obstáculos: não se sentindo então o estorvo causado pelas laranjeiras do quintal de Sebastião Pereira da Silva que em 1627 pendiam sobre essa rua, impedindo a passagem das bandeiras das procissões da vila, o que levou os mestres a chamarem para o facto a atenção da câmara em sessão de 7 de Julho desse ano⁵⁴.

No regresso, em 1620, como vimos no «Livro de lembranças», a procissão passava pela rua Escura.

Sabe-se que procissão do Anjo incluía aspectos que pouco ou nada tinham que ver com a devoção ao Anjo Custódio, mas que, face ao modelo constituído pela procissão do Corpus Christi, eram nela incluídos com grande alegria da população... e grande dispêndio para o erário municipal.

Começamos pelos chameleiros. Um alvará régio de 1 de Outubro de 1610 relativo aos gastos da câmara com as festas, faz-lhes referência, considerando-os indis-

⁴⁹ ALMEIDA, Eduardo d' – ob. cit., vol. XXXVIII, p. 64.

⁵⁰ FARIA, João Leite de – *Ephemerides*, IV.

⁵¹ Assim o diz Alberto Vieira BRAGA – *Curiosidades de Guimarães: IX – Cercos e Clamores*, p. 48.

⁵² BRAGA, Alberto Vieira – *Administração seiscentista...*, p. 76.

⁵³ AMAP – Fundo Municipal – Vereações da Câmara, Livro n.º 2, (M-1798), fl. 123.

⁵⁴ BRAGA, Alberto Vieira – *Administração seiscentista...*, p. 155.

pensáveis ao seu ornato e decoro. Diz o Abade de Tagilde que eram três e bem remunerados ⁵⁵.

Da *Mourisca* diz-nos aquele autor que se tratava de uma dança composta de muitos moços vestidos à mourisca, com os seus broquéis e varas a modo de lanças, com o seu rei de alfange na mão; e este dando sinal, se começava a travar, ao som do tambor, uma espécie de batalha, conforme diz BLUTEAU (*Vocabulário*), o qual afirma, invocando a «*Monarchia Lusitana*», que a ella eram antigamente obrigados os mouros forros em ocasiões de festa ⁵⁶. Uma deliberação da câmara de 10 de Março de 1613 confirma que nas festas da sua responsabilidade apresentavam a *mourisca* sob a orientação do seu *Rei*, personagem que no dia da sua eleição recebia o respectivo ceptro, espada e coroa, atributos com que havia de se enfeitar e reger as suas figuras nas ditas procissões ⁵⁷. Noutra deliberação, de 18 de Setembro de 1621, compareceu na câmara Belchior Lopes, morador em Rua de Couros arrabalde desta villa e por elle foi dito que se obrigava a servir de rei de mouriscos e com a obrigação de buscar vinte e dois homens que sirvam na mourisca sem lhe dar mais em todas as festas que somente na festa de Corpus Christe mil e seiscentos reis, mil reis para um jantar para todos e seiscentos reis para elle para umas botas para o Rei e não dar a camara mais cousa algumas que somente serem privilegiados todos e lhe ser passado privilégios... ⁵⁸. Em 1628 consta uma despesa de 5\$000 rs. Para o rei da mourisca das festas do ano. A partir de então multiplicam-se as referências à *mourisca* e aos seus gastos.

É a vez das *folias*. Diz BLUTEAU que as *folias* eram constituídas por diversas pessoas, tocando e cantando ao som do tambor e do pandeiro; mas, no dizer do Abade de Tagilde, em Guimarães não se limitavam a tocar esses instrumentos, havendo diversas companhias que, mediante ajuste prévio, se encarregavam de as apresentar ⁵⁹. Em 19 de Junho de 1632, decidiram os camaristas dar 2\$000 reis em cada ano, tirados dos bens do concelho, aos ofícios que se obrigavam a apresentar as *folias* em todas as procissões da vila ⁶⁰; e logo em 1634 aparece o pagamento de 1\$600 «aos da folia das festas da câmara». Uma vez por outra, os livros de Vereações referem que os responsáveis por estes festejos se esqueciam das suas obrigações. Foi o que acontecem em 1661: em sessão de 3 de Agosto, foi mandado vir perante a câmara Pedro da Costa, que fazia as *folias* da câmara, e lhe fizeram pergunta porque não fora

⁵⁵ GUIMARÃES, Padre J. G. d'Oliveira – *Festas annuaes da Camara de Guimarães – notas históricas*, in Revista de Guimarães, vol. XXI (1904), p. 172. Refere o autor que recolheu esta informação no «*Livro das Provisões*, fl. 69», mas, consultado o AMAP, verifiquei que o mais antigo registo de provisões data de 1612. Deve encontrar-se num livro de alvarás, ainda por localizar, que esteve ao dispor de João Lopes de FARIA, pois transcreveu na íntegra o documento em causa sem indicar a fonte, mas referindo o fólho (in *Alvarás, decretos, cartas régias e outros documentos extrahidos dos livros de registo da Câmara Municipal de Guimarães*, fl. 47v).

⁵⁶ Idem – *ob. cit.*, p. 165.

⁵⁷ AMAP – *Fundo Municipal – Vereações da Câmara*, livro n.º 4 (M-1800), fl. 43v.

⁵⁸ AMAP – *Fundo Municipal – Vereações da Câmara*, livro n.º 5 (M-1801), fl. 234.

⁵⁹ GUIMARÃES, Padre J. G. d'Oliveira – *ob. cit.*, p. 171.

⁶⁰ AMAP – *Fundo Municipal – Vereações da Câmara*, Livro n.º 8, (M-1804), fl. 26v.

com a *folia na procissão do Anjo* ⁶¹. Respondeu que estivera fora; e como os vereadores tivessem resolvido não lhe pagar o ordenado, desistiu da sua obrigação, tendo a câmara chamado outro para assumir o encargo ⁶².

Temos também as *garrochas* (bandarilhas). Na contabilidade da câmara de 1635 aparece além de um gasto de 6\$130 reis com despesas miúdas e doces que se gastaram na festa do Anjo e de nova referência aos *charameleiros*, que receberam a mesma verba do ano anterior, o dispêndio de 1\$760 reis para as *garrochas* das festas do ano. No ano seguinte, existe também uma verba para as *garrochas dos touros*. Uma carta de desagravo de 18 de Agosto de 1629 refere que os touros apareciam na festa do Anjo e em outras da responsabilidade da Câmara: um marchante, por não dar touros na festa da Visitação passada, foi preso e multado em 2\$000 réis, e pela mesma razão foi preso no Castelo por idêntica falta no Domingo do Anjo ⁶³.

Toda a gente se incorporava na procissão. A notícia mais antiga que chegou até nós, ainda do século XVI, consta do livro das Vereações de 1531, o único desse século que sobreviveu, e consiste numa breve recomendação inserta na sessão de 14 de Julho desse ano:

«...e mandaram apregoar a Pero Diniz pregoeiro que todos se façam prestes para o dia do Anjo saírem com suas togas com a procissão, sob pena de 500 réis para o concelho e cativos» ⁶⁴.

Esta lembrança tinha a sua razão de ser porque a câmara tinha obrigação de participar «em corpo». De resto, como se lê no título transcrito das *Ordenações*, só estavam dispensados de nela participar os que morassem a uma distância superior a uma légua.

Os vários mesteres tinham uma intervenção muito particular nestas festas: na sessão da câmara de 21 de Março de 1621,

foi accordado que os carpinteiros, pedreiros, bainheiros, cuteleiros, serralheiros, oleiros e ferreiros, todos acompanhassem os officiaes dos ditos officios seu imperador, nas procissoes do Corpus Christe e da villa que são obrigados a ir com pena de cem reis cada hum e mandaram fosse apregoado por esta villa ⁶⁵.

Em 1683 e 1684 não saiu a procissão; mas numa carta datada de 31 de Agosto de 1684, reiterando os dizeres de outra de 28 de Agosto de 1663, estranhou o rei que o Cabido não tenha acompanhado as procissões da Câmara só pelo facto de esta lhe não ter dado parte, motivo que levou ao cancelamento da *procissão do Anjo Custódio*.

⁶¹ AMAP – *Fundo Municipal – Acordãos das Vereações da Câmara*, Livro n.º 11 (M-1807), fl. 206.

⁶² BRAGA, Alberto Vieira – *Administração seiscentista...*, p. 187.

⁶³ FARIA, João Lopes de – *Arquivo da Colegiada de Guimarães*, in Revista de Guimarães, vol. 33, n.º 4 (1923), p. 204.

⁶⁴ AMAP – *Fundo Municipal – Vereações e Acórdãos da Vila de Guimarães*, Livro n.º 1 (M-1797), leitura de João Lopes de FARIA, in *Vereações e outros da Câmara*, vol. II, fl. 26v, e na Revista de Guimarães, vol. 107 (1997), pp. 114-115.

⁶⁵ AMAP – *Fundo Municipal – Vereações da Câmara*, Livro n.º 5 (M-1801), fl. 204v.

Não se conformou o rei com a razão invocada e ordenou que, embora já tivesse passado o dia que as *Ordenações* consagravam para tal festa, se fizesse noutra data a dita procissão e o Cabido a acompanhasse, como as demais procissões da câmara, sem que esta tenha obrigação de o convidar, por terem lugar em dias certos e serem obrigação do Cabido ⁶⁶.

Com o Iluminismo, estas devoções começaram a decair.

João Lopes de FARIA, analisando as contas do município no princípio do século XVIII, encontrou várias referências às despesas feitas com a *Procissão do Anjo Custódio*, às vezes individualizadas, a mais das vezes associadas às demais festas promovidas pela câmara ⁶⁷. Em 1747, pagaram 1\$440 reis a seis padres que na procissão da Visitação, levaram o pátio por falta de vereadores ⁶⁸, e o mesmo aconteceu em 1766, na *Procissão do Anjo*.

Em 15 de Julho de 1832, a *procissão do Anjo Custódio* não se realizou por os *Cónegos estarem quase todos retirados* ⁶⁹.

Há notícias de que outras festas a cargo da edilidade não se realizaram em 1726 (festas do Pelote, da Aclamação e de S. Dâmaso) e em 1727 (festas da Aclamação e de S. Dâmaso) ⁷⁰. Possivelmente o mesmo sucedeu nos anos que se seguiram; sabe-se, contudo, que em 18 de Julho de 1841, ainda se realizou a procissão do Anjo ⁷¹.

Diz João Leite de FARIA que a *procissão do Anjo Custódio* saiu em 1863 pela última vez ⁷²; todavia ela ainda é referida no «*Livro dos assentadores do coro*» referente aos anos de 1865 e 1866, existente no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta. Segundo o mesmo autor, em 25 de Abril de 1892 o Cabido (restaurado) deixou de ir em procissões de ladainhas à igreja de Santa Clara, bem como não voltou a fazer idênticas procissões nem a cumprir legados em outras igrejas, mas sim a satisfazer tudo dentro do seu templo ⁷³. É de supor que, pelo menos a partir de então, deixou de realizar-se a *procissão do Anjo Custódio*, embora talvez se continuasse a celebrar no interior da igreja.

Para terminar importa recordar que o culto ao *Anjo Custódio de Portugal* foi avivado de modo extraordinário com as Aparições de Fátima. Consta da sua segunda aparição aos pastorinhos, que um Anjo lhes disse:

«De tudo o que pudesdes, ofereci um sacrifício em acto de reparação pelos pecados com que Ele é ofendido e de súplica pela conversão dos pecadores. Atrai assim sobre a vossa pátria a paz. Eu sou o Anjo da sua guarda, o ANJO DE PORTUGAL».

N

⁶⁶ Ibidem, fls. 191. João Lopes de FARIA transcreveu a carta régia em «*Velharias da Colegiada*», vol. VI, fl. 183v.

⁶⁷ in *Vereações e outros da Câmara*, II, fl. 224v e segs.

⁶⁸ FARIA, João Lopes de – *Vereações e outros da câmara*, II, fl. 233.

⁶⁹ FARIA, João Lopes de – *Ephemérides*, vol. III, fls. 42.

⁷⁰ FARIA, João Lopes de – *Vereações e outros da câmara*, II, fl. 226.

⁷¹ Ibidem, fls. 52.

⁷² Ibidem, vol. II, fls. 240.

⁷³ Idem, vol. II, fls. 67.